CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 555/72

INTERESSADO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "PROGRESSO" - ARARAQUARA

ASSUNTO : Solicita pronunciamento sobre Curso definido como Pós-Normal.

RELATOR Conselheiro HENRIQUE GAMBA

PARECER CEE Nº 659/77 - CTG - Aprov. em 03/08/77

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

Por intermédio de ofício os alunos concluintes do Curso de Técnico, em Orientação Pedagógica para o Curso Primário, no ano de 1972, no Instituto de Educação "Progresso" de Araraquara, dirigem-se a este Conselho Estadual de Educação solicitando que este Colegiado se pronuncie a respeito da validade do Curso em apreço.

Pelo ato 89/04/69 do Secretário dos Negócios da Educação, foi instituído o "Curso de Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário, tendo em vista o disposto na Res.CEE nº 09/69.

Esta Resolução estabelece em seu artigo 1º;

"O Curso Técnico em Orientação Pedagógica para o ensino primário de que trata o artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o inciso III, do art. 13, da Resolução CEE nº 36/68, terá duração de dois anos escolares, e poderá ser ministrado em Instituto de Educação e Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras".

O artigo 55 de Lei de Diretrizes e Bases, posteriormente revogado pelo artigo 87 da Lei nº 5692/71, dizia que "os Institutos de Educação, além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial".

O artigo 3º da Resolução 09/69 CEE, que dispõe sobre regulamentação do Curso Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário, estabelecia a necessidade de aprovação em exame vestibular para matrícula no Curso, bem como fazer prova de experiência durante três anos de magistério primário.

Em seu artigo 5º a Resolução em apreço autorizava a Secretaria da Educação a expedir as instruções necessárias a sua execução, inclusive normas para autorização e inspeção do referido curso. O ato nº 89, de 1º de abril de 1969, da Secretaria dos Negócios da Educação, que regulamentava a instalação e Funcionamento do Curso em questão fixava em seu artigo 3º:

"Artigo 5º - A autorização de funcionamento do Curso Técnico em Orientação Pedagógica além das exigências usuais, dependerá de:

- a) aprovação do corpo docente;
- b) laudo técnico favorável do Setor de Assistência Pedagógica da Inspeção Regional do Ensino Secundário e Normal, sob cuja jurisdição funcionará o curso;
- c) aprovação do calendário escolar e distribuição das disciplinas e respectiva carga horária, e da
- d) conveniência da instalação face ao planejamento da adequada implantação regional do curso na rede de escolas públicas e particulares".

Isto posto, o então Colégio "Progresso" organizou o processo, com a documentação exigida para a solicitação da instalação do curso.

Em 30 de novembro de 1970, o Regimento do Curso foi aprovado pela Coordenadoria do Ensino Secundário e Normal da Secretaria da Educação.

Em 11 de março de 1971, o Diário Oficial do Estado publica Portaria da CEBN de 10 de março:

"Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento, a título condicional, dos Cursos de Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário, Preparação de Pessoal Docente para o Ensino

Primário Especializado e de Técnicos em Orientação Educacional para o Ensino Primário, junto ao Colégio "Progresso", sito à rua Pe. Duarte, nº 1463, em Araraquara.

Artigo 2º - O estabelecimento a que se refere o artigo anterior, em razão da autorização ora concedida e dos Cursos já em funcionamento, passará a denominar-se oficialmente Instituto de Educação "Progresso".

Artigo 3º - No caso de inadimplemento das normas legais vigentes será suspenso o funcionamento dos Cursos e poderá ser cassada a autorização, mediante processo regular."

Em 13 de abril de 1971 o Curso Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário teve seu início legal no Instituto de Educação "Progresso" de Araraquara, contando com 68 alunos dos quais 43 o concluíram no final de 1972.

Todavia, pela Portaria CEDN de 24 de janeiro de 1972, publicada a 25 de janeiro de 1972, o curso em apreço deixou de funcionar, o que provocou a fase final do mesmo no Instituto de Educação "Progresso" de Araraquara, com a única turma que o concluiu no final de 1972.

A 2ª DESN de Ribeirão Preto registrou os diplomas em 17 de dezembro de 1973, dos concluintes de 1972, após verificação da escrituração competente e da programação desenvolvida pelos professores nos dois anos.

Seguindo orientação do Diretor de Seleção e Movimentação de Pessoal, a direção do Instituto interessado dirigiu-se a este Conselho Estadual de Educação, solicitando seu pronunciamento sobre a situação dos alunos concluintes "de um Curso regular e legal".

As indagações do Instituto "Progresso" foram as seguintes:

- a) das perspectivas de trabalho face à Lei 5692/71;
- b) das possibilidades de aproveitamento de estudos feitos para complementação de cursos em nível superior, para os alunos que terminaram o curso de Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário.

O Conselho, através do Parecer nº 301/73 da lavra do eminente Conselheiro Lionel Corbeil, concluiu:

"Quanto à primeira indagação, cabe-nos somente lembrar o artigo de 33 da Lei 5692/71, que permite o trabalho de orientação pedagógica a formandos em cursos de nível superior, com duração plena ou curta ou de pós-graduação. Ora, o curso em questão, realizado no Instituto de Educação "Progresso" de Araraquara, e de nível médio".

No que se refere ao aproveitamento de estudos realizados no mesmo Instituto de Educação, para complementação em nível superior, repetimos aqui a conclusão do Parecer nº 1.785/72 (referente ao processo CEE nº 1184/71) aprovado no Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação de 20/11/72:

"Nada temos a dizer, por entendermos que o assunto é da alçada do Conselho Federal de Educação... Devem os interessados dirigir-se diretamente àquele órgão."

Por ofício 15/IE/73 de 12 de março de 1973, o Instituto de Educação "Progresso" solicitou do Conselho Federal de Educação pronunciamento sobre o aproveitamento dos estudos realizados pelos concluintes do Curso em pauta.

Em 19 de outubro de 1973, a Secretaria do Conselho Federal de Educação enviou à diretora da Escola interessada ofício no seguinte teor:

"Acuso o recebimento do ofício 15/IE/73, dessa Instituição, acompanhado de regimento, portarias e outros documentos.

O assunto foi objeto de estudo, chegando-se à conclusão que não é de competência deste Colegiado.

Trata-se de matéria afeta aos órgãos próprios do sistema estadual de ensino.

Restituo, anexo, a documentação enviada".

Diante das dificuldades encontradas, o Instituto "Progresso" solicitou, do Coordenador do Grupo de Assessoramento do Secretário da Educação, a atribuição de pontos aos alunos que concluíram o curso.

O sr. Diretor do Departamento de Ensino Secundário e Normal, por ofício 260/75, respondeu nos seguintes termos:

"Tenho a grata satisfação de comunicar-lhe o teor do Parecer final dado ao expediente formado com o ofício nº 75/75, de 28/8/75, assinado por V. Sa., acompanhado de documentos que o instruíram."

Eis o Parecer aprovado pelo sr. Coordenador do Grupo de Assessoramento:

"O curso de que trata o presente protocolado pode ser definido como pós-normal, uma vez que o artigo 3º do Ato nº 89/69, que o regulamenta, estabelece:

- "Somente os diplomados em curso de professores primários, com 3 anos de experiência no magistério, poderão matricular-se no Curso Técnico em Orientação Pedagógica".

A CEBN ratifica o Parecer exarado pela Divisão de Seleção e Movimentação do Pessoal do DEB, no sentido de que, por analogia, seja dado ao curso em apreço o mesmo tratamento dado aos Cursos Pós-Normais".

Ocorre que o Parecer acima não foi publicado no Diário Oficial.

Entretanto, apoiado na afirmação do Sr. Coordenador do Grupo de assessoramento, o Instituto "Progresso" solicitou ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação um pronunciamento oficial do Parecer acima citado, possibilitando a atribuição de pontos ao Curso, por parte das Delegacias de Ensino. O Departamento respondeu dizendo que nada poderia fazer sem o pronunciamento do Conselho Estadual de Educação.

Diante do ocorrido, voltaram os alunos a este Conselho seu pronunciamento solicitando/definitivo sobre o Curso definido como Pós-Normal pelo sr. Coordenador do Grupo de Assessoramento.

O Processo foi encaminhado à douta Câmara de 2º Grau e relatado pelo nobre Conselheiro, Pe. Lionel Corbeil, cujo Parecer aprovado pela Câmara e pelo Conselho Pleno concluiu:

"À vista do exposto, e em atendimento à solicitação dos alunos concluintes em 1972 do Curso Técnico em Orientação Pedagógica para o Curso Primário, no Instituto de Educação "Progresso" de Araraquara, somos de opinião que este curso, mesmo pós-normal, é de 2º grau, enquanto o exercício da profissão de orientação pedagógica exige formação de nível superior, em conformidade com o artigo 33 da Lei 5692/71.

Quanto ao aproveitamento destes estudos em nível pós-normal para complementação de cursos em nível superior, opinamos pelo encaminhamento do assunto à apreciação da Câmara do 3º Grau deste Colegiado."

FUNDAMENTAÇÃO:

1.A Indicação nº 296/72, aprovada por Deliberação de 5/07/72 do Conselho Estadual de Educação, relatada pela eminente Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro, diz:

"3. O curso de Pedagogia, assim reestruturado, e obedecendo à ideia de aproveitamento de estudos idênticos ou equivalentes, resultantes do princípio mais amplo da educação permanente (Parecer nº 252/69), além de receber alunos que concluíram a escola de 2º grau ou equivalentes e se submeteram a concurso vestibular, pode admitir:

a).....

b).....

c).....

d) diplomados nos atualmente extintos cursos "pós-normais" de preparo

de Administração Escolar para a escola primária desde que cumpridos os requisitos que constam no Parecer CFE 54/70 e Indicações C.F.E. nº 1/71 e 2/71, regulamentados no âmbito do sistema estadual de ensino de São Paulo pela Deliberação 18/71 do C.F.E."

Mais adiante, na Fundamentação, diz a Conselheira Amélia Americano de Castro:

"2.1 No caso dos Administradores Escolares, preparados para o exercício em escolas primárias pelos anteriores cursos de especialização oferecidos pelos Institutos de Educação, outro motivo apresenta-se a justificar a medida: a progressiva extinção desses cursos ao nível da escola de 2º grau, desde que agora inseridos no grupo de cursos superiores de curta duração.

Entende o C.F.E. (Parecer - 252/69) que aquilo que antes se chamava "pós-normal" passa a qualificar-se naturalmente como "superior" num esquema de "curta duração, "agora tornado obrigatório" pelo § 1º do art. 23 da Lei 5.540/68". Por outro lado, o Parecer 54/70 daquele Egrégio Conselho, no item 4 de suas conclusões afirma:

"os cursos pós-normais que se encontravam em funcionamento regular na data da vigência da Lei 5.540/68 podem ser equiparados, para efeito de aproveitamento de estudos, aos de grau superior agora criado em curta duração".

A extinção desses cursos ficou determinada na Indicação 1/71 do C.F.E. aos cursos iniciados até março de 1971 (conclusão da Ind. 3/71, CFE). A Indicação 15/71 deste Conselho regulamentou a extinção progressiva dos cursos "pós-normais" no âmbito do sistema estadual de ensino, e a Deliberação CEE 18/71 decidiu sobre o aproveitamento de estudos de seus ex-alunos, em cursos de Pedagogia".

2. O Parecer CFE 272/72, que apreciou a solicitação de alunas portadoras do curso de Desenho Geral e Pedagógico do Instituto "Caetano de Campos" ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura a faculdade de completar estudos para obtenção de diploma regular de licenciatura em Desenho, teve a seguinte conclusão:

"Entendemos, em face do exposto que podem as interessadas, assim como os demais concludentes em idêntica situação, complementar estudos para obtenção do diploma regular do licenciatura em Desenho, com o necessário registro profissional".

3. A Indicação n° 17/71, aprovada em 7 de junho de 1971, que cuida do aproveitamento de estudos "pós-normais" de Administração Escolar, relatada pela Comissão Especial constituída dos eminentes Conselheiros Amélia Domingues de Castro, Moacyr Expedito Vaz Guimarães e Elisiário Rodrigues de Sousa, estabelece:

"1. O aproveitamento de estudos "pós-normais" de Administração Escolar realizado em Institutos de Educação, para fins de licenciatura em cursos de Pedagogia, obedecerá às normas desta Deliberação, no âmbito do sistema de ensino superior do Estado de São Paulo.

2. Os Institutos de Ensino superior que julgarem convenientes a adoção da medida supracitada deverão incluir em seus regimentos dispositivo referente ao assunto.

3. O aproveitamento de estudos pós-normais em cursos de Pedagogia será realizado sob forma de dispensa de disciplinas, não se eximindo o candidato do cumprimento do currículo pleno da Instituição.

4. A dispensa de disciplinas será concedida somente a alunos regularmente matriculados após classificação em concurso vestibular."

4. Em resumo, é preciso que se considere:

- a) que o Curso em apreço teve seu funcionamento legalmente autorizado, sendo ministrado em dois anos seu início foi no ano 1971;
- b) com o advento da Lei 5692/71, o funcionamento foi sustado em virtude do artigo 33 prescrever habilitações em nível superior para o exercício da orientação pedagógica; substitui, ^{todavia} /o problema dos alunos matriculados pelo regime anterior à Lei 5692/71, significando que o curso de Técnico em Orientação Pedagógica para o Ensino Primário, mantido pelo Instituto de Educação "Progresso", de Araraquara, embora legal e definido como sendo pós-normal, tornou-se inadequado para a habilitação profissional prevista;
- c) várias questões foram suscitadas, tanto no que se refere à legalidade como no que diz respeito ao aproveitamento dos estudos realizados para sua complementação em nível superior;
- d) quanto ao aspecto legal, o protocolado contém pronunciamentos dos órgãos oficiais da Educação, dirimindo dúvidas porventura levantadas; resta esclarecer a questão do aproveitamento de estudos já realizados, em curso de nível superior;

- e) a doutrina do Conselho Federal de Educação tem acolhido, em várias oportunidades, o princípio do aproveitamento de estudos de nível pós-normal - especificamente: curso de Administradores Escolares para o antigo ensino primário e curso de Desenho Pedagógico do Instituto de Educação "Caetano de Campos" de São Paulo - para fins de continuidade da escolaridade no ensino superior;
- f) em relação ao Curso em exame, não existe norma regulando a matéria, por isso;
- g) entendemos que, em virtude da excepcionalidade do caso e, por analogia, possam ser aplicados aos alunos concluintes do Curso Técnico de Orientação Pedagógica para o Curso Primário, em 1972, curso esse considerado "pós-normal", os mesmos princípios que nortearam as soluções contidas nos Pareceres 259/70 e 272/72, ambos emanados do Conselho Federal de Educação, que permitiram aos alunos concluintes o ingresso no ensino superior, através de concurso vestibular, e fazer a habilitação correspondente mediante adaptação curricular, obedecendo às normas regimentais da Instituição que os acolher.

II - CONCLUSÃO

O presente Processo deve ser remetido ao egrégio Conselho Federal de Educação para sua apreciação, à semelhança do que fez com os casos dos alunos dos cursos pós-normais de Administração Escolar e Desenho Pedagógico.

São Paulo, 28 de junho de 1.977.

a) Conselheiro HENRIQUE GAMBA - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Henrique Gamba, José Antônio Trevisan, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e Paulo Nathanael Pereira de Sousa.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 13 de julho de 1.977.

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 03 de agosto de 1.977.

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente